
Antropologia, formação e atuação profissional nos países da CPLP¹

Dingana Paulo Faia Amona²

Resumo: A trajetória da antropologia no continente africano é, sem dúvida, marcada pelo estranhamento e receio, devido às atitudes assumidas pela disciplina durante o período colonial. Deste modo, entendível que os efeitos da colonização e da atuação de algumas áreas de saber, como é o caso da antropologia no período da colonização europeia no continente africano, estimularam a negações, subalternização e silenciamentos da África, dos africanos e suas historicidades, e isso ainda persiste tanto em determinadas tradições teóricas e epistemológicas quanto em discursos de algumas elites, nomeadamente a política, dos países ocidentais. Compreendendo esse desafio, o presente trabalho tem por objetivo entender os desafios profissionais dos jovens estudantes africanos formados no curso de antropologia na Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (Unilab) nos seus países de origem. Assim, discute-se duas questões pertinentes – a primeira a cooperação técnica/acadêmica Brasil/África, em especial os países africanos da língua oficial portuguesa (PALOP), a qual emerge a Unilab e a sua política de formação de jovens africanos, que posteriormente irão atuar num cenário em que a produção do conhecimento nas universidades ainda atende os padrões ocidentais e a segunda o lugar da disciplina nesse contexto comunitário (PALOP), de modo geral, e na Guiné-Bissau, em específico.

Palavras-Chave: África. Estudantes. Unilab.

¹ Texto apresentado originalmente na mesa redonda Antropologia: formação e Atuação Profissional nos países da CPLP, no âmbito da II Antropologia da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (Unilab), realizada entre 13 e 17 de maio de 2018.

² Doutorando em Antropologia Social pelo PPGAS/UFG e mestre em Antropologia pelo PPGA/UFC-UNILAB.

Anthropology, professional training and performance in CPLP countries

Abstract: The trajectory of anthropology on the African continent is undoubtedly marked by estrangement and fear, due to the attitudes assumed by the discipline during the colonial period. Thus, it is understandable that the effects of colonization and the performance of some areas of knowledge, such as anthropology in the period of European colonization on the African continent, stimulated denials, subordination and silencing of Africa, Africans and their historicities, and this still persists both in certain theoretical and epistemological traditions and in the discourses of some elites, namely the political ones, in Western countries. Understanding this challenge, this work aims to understand the professional challenges of young African students graduated in the anthropology course at the University of International Integration of Afro-Brazilian Lusofonia (Unilab) in their countries of origin. Thus, two pertinent issues are discussed - the first the technical/academic cooperation Brazil/Africa, in particular the African countries of the official Portuguese language (PALOP), which emerges Unilab and its policy for training African youth, which later they will act in a scenario in which the production of knowledge in universities still meets Western standards and the second place the discipline in this community context (PALOP), in general, and in Guinea-Bissau, specifically.

Keywords: Africa. Students. Unilab.

.....

Introdução

O presente trabalho é resultado da minha participação em uma mesa de discussão, na segunda semana de antropologia, realizada em maio de 2019. Nessa mesa, minha intervenção visou apresentar e discutir os desafios da Antropologia na formação e na atuação profissional dos jovens formados na Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (Unilab) na Comunidade dos Países da Língua Oficial Portuguesa (CPLP). Em decorrência disso, primeiramente será feita a contextualização da África no sistema econômico mundial no que refere à produção e à divulgação de conhecimento; em seguida, abordar a contribuição da Antropologia na Guiné-Bissau; e, por fim, discutir sobre o que se pode esperar da Antropologia na África lusófona, em especial na Guiné-Bissau.

Trarei elementos para mostrar o quanto a produção científica ainda carece de dominações específicas face ao poderio econômico, assim como das influências políticas as quais as estruturas das universidades estão impostas, adotando quase apenas o modelo eurocêntrico de atuação. Lançando olhar sobre esse cenário, vê-se que a Unilab foge um pouco desse padrão, porque é uma instituição universitária que não segue as abordagens que reproduzem os modelos tradicionais de produção e de divulgação do conhecimento.

Cooperação acadêmica África/Brasil: Contextualizando a Unilab

A Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-brasileira, a instituição na qual aconteceu esse grande evento acadêmico, tem como papel a formação dos jovens africanos, brasileiros e timorenses. A universidade adota projeto diferenciado no que tange à formação acadêmica e os resultados desse projeto podem solicitar uma reflexão sobre o papel de África no sistema mundial em relação à produção de conhecimento e questões inerentes à sua dependência econômica, política e epistêmica liderado pelo ocidente a séculos. É importante destacar que essa dependência, seja ela política, bem como em outros domínios, nos períodos recentes nascem por meio da cooperação bilateral, caso concreto da Unilab, ou seja, a cooperação de países africanos com o Brasil é denominada de “cooperação solidária”. Esse elemento será o cerne/exemplo da compreensão sobre os limites das cooperações e das relações dos países africanos com os países de ocidente e com os países considerados de “terceiro mundo”.

Em decorrência disso, Amona (2017), considera que essa relação de cooperação entre Brasil e os países da África-lusófona pode ser percebida a partir das relações cotidianas e os jovens são as principais personagens dessa cooperação. A meu ver, “é no cotidiano que os jovens constroem os seus caminhos com autonomia independentemente dos interesses que estão expostos no quadro geral das ações de cooperação, que em geral são políticas” (AMONA, 2017, p. 1). Estamos, assim, em um espaço de construção de conhecimento.

Entretanto, o debate e a discussão em torno da cooperação técnica e acadêmica entre o Brasil e os países da África-lusófona nos leva ao entendimento de que precisamos aprofundar os conhecimentos sobre essa temática como maneira de compreendê-la. A partir das relações cotidianas, observa-se que,

embora o Estado seja o principal executor da cooperação, nos âmbitos acadêmicos os estudantes são figuras fundamentais na sua manutenção, isto é, na manutenção da cooperação feita na vertente acadêmica.

Assim, precisamos pontuar que, a séculos, a vida social é marcada pela colaboração e espírito de ajuda entre os diferentes grupos, às vezes por motivos alheios procuram tirar proveito dessa relação que se mantém para melhorar as suas condições de vida. Com o surgimento dos Estados nacionais, as relações que eram mantidas entre diferentes grupos ganharam novos contornos, e os Estados-Nações passaram a serem autores principais nesse cenário. Porém, “a noção atual da cooperação internacional, sobretudo no que se refere à ajuda ao desenvolvimento, é recente, com uma história que dura a pouco mais de meio século, ou seja, após a Segunda Guerra Mundial” (CARVALHO, 2007, p. 1).

A esse efeito, percebe-se que a cooperação acadêmica que o Brasil estabelece com os países africanos tem a sua explicação histórica e pode ser percebida em diferentes sentidos. De acordo com Vaz (2016), a cooperação Brasil/África pode ser vista na perspectiva Sul/Sul através da proposta das Epistemologias do Sul, termo cunhado pelo sociólogo português Boaventura de Sousa Santos. Essa proposta busca ser alternativa ao paradigma das relações entre diferentes Estados no contexto internacional. Neste trabalho, o olhar sobre a cooperação está voltado sobre as relações cotidianas que são sustentadas pelos estudantes na medida que são resultados da manutenção dessas cooperações (AMONA, 2017).

É necessário frisar que a base da cooperação no âmbito acadêmico entre o Brasil com os demais países da África-lusófona pode ter marcas da história de colonização que desestruturou as sociedades locais a partir de estratégias de subjugação adotadas por potências imperiais europeias. Abrantes (2014) contribuiu para uma reflexão sobre o colonialismo como um sistema de governo construído pela violência, pela imposição de valores ocidentais e pela subjugação da população nativa nos territórios ocupados. A criação de estruturas e de espaços sociais de diferença no passado, com a finalidade de exploração, ocorreu também no Brasil, como parte da formação de um Estado que produziu sociedades subalternizadas, indígenas e negras (SOUZA LIMA, 2002). Nesse sentido, o passado colonial é um dos aspectos preponderantes para uma reflexão sobre a importância dos espaços de construção de conhecimento que viabilize o pensamento autônomo e a afirmação política de grupos excluídos de posições de poder.

Assim, a cooperação acadêmica entre Brasil e os países africanos, em especial os países da África Lusófona, é responsável pela chegada de grandes fluxos dos emigrantes (estudantes) africanos ao Brasil nas últimas seis décadas, especificamente a partir de 1960. Esses estudantes vêm ao Brasil com intuito de cursar o ensino superior em instituições brasileiras. Percebe-se que os estudantes são mediadores. Entendemos aqui, a partir de Wolf (2013), que os mediadores são aqueles que possuem papéis de representação da integração nacional, assim sendo, os estudantes se tornam importantes na relação de cooperação entre o Brasil e seus países.

Embora muitos desses estudantes não conheçam o projeto da cooperação que as duas partes mantêm, é fácil perceber que a atuação desses jovens para os seus países é significativa na medida em que estão a colaborar com as pesquisas voltadas para a realidade social, cultural e econômica do país de origem, o que poderia facilitar a elaboração de políticas públicas para a resolução e para o melhoramento de algumas situações. Essas pesquisas também podem ser aproveitadas pelo Estado brasileiro na medida em que estes estudantes não só trabalham com as temáticas dos seus países, mas também pesquisam as temáticas brasileiras. Neste sentido, essas situações se tornam importantes na relação acadêmica se olharmos para o papel dos estudantes.

As diferenças que se expressam na Unilab são relativas consubstancialmente aos objetivos que estão na base da sua criação, que de modo geral engloba a perspectiva de integração através de intercâmbio cultural e acadêmico que se anuncia a partir de dois importantes eixos: o da internacionalização e o da interiorização. Entende-se a Unilab como um projeto que reforça a cooperação no âmbito acadêmico entre Brasil e os países africanos, em especial da África-lusófona, podendo ser visto como sendo a extensão de um outro programa mais antigo instituído desde década de 60 do século passado, nomeado de Programa de Estudantes-Convênio (PEC-G) que foi criado oficialmente em 1965 pelo Decreto n 55.613 e é atualmente regido pelo Decreto n 7.9487. Silva (2017) considera que esse programa oferece a estudantes – de países em “desenvolvimento” com os quais o Brasil mantém acordo educacional, cultural ou científico-tecnológico – a oportunidade de realizar seus estudos de graduação em Instituições de Ensino Superior (IES).

O programa teve seu início na década de 1970, todavia Silva (2017) afirma que o seu fortalecimento em termos numéricos se deu a partir do ano 2000,

com a vinda dos estudantes guineenses para graduação nas instituições brasileiras, o que foi concomitante a um contexto de ampliação das instituições de ensino superior brasileiras sob a égide de um governo de esquerda cuja política esteve centrada no acesso à educação para todos.

Importante destacar que o PEC-G, embora buscasse uma aproximação entre os países, também pode ser considerado a partir de uma aproximação de Estados de Sul global a partir da perspectiva educacional. É importante lembrar que o programa foi criado no contexto de um Estado brasileiro altamente centralizado e ditatorial, o que suscita a reflexão sobre as orientações políticas inseridas no programa até determinado momento de sua existência.

Nesta senda, a UNILAB, surgiu em paralelo ao PEC-G, com base nos princípios de cooperação solidária Sul-Sul. Assim, Silva aponta que em parceria com outros países, principalmente da África lusófonos, “a Unilab foi criada com a proposta de desenvolver formas de crescimento econômico, político e social de uma nova geração para formar cidadãos capazes de multiplicar o aprendizado” (SILVA, 2017, p. 4)

Exposto isso, no domínio da internacionalização, Heleno aponta que a Unilab foi gerada em um “contexto em que a educação superior passa, cada vez mais, a ser interpretada como mecanismo de promoção da integração e da cooperação entre países e seus respectivos sistemas educacionais de ensino” (HELENO, 2014, p. 105). O autor ainda acrescenta que a criação das instituições como a Unilab, cuja missão se vincula à cooperação solidária, se transforma em ferramenta de inclusão social em face da crise econômica e dos contextos políticos internos (democratização do ensino superior) e externos (Brasil assume papel do país doador).

No quesito da interiorização, a criação da Unilab nos períodos de 2008-2010 se vincula aos fatores internos da educação superior e de suporte de desenvolvimento das regiões menos desenvolvidas e carentes do Brasil. Assim, “destacam-se o Plano Nacional de Educação/PNE (período 2000-2010), o Plano de Desenvolvimento da Educação/PDE 2007” (HELENO, 2014, p. 107), que são aparatos legais que subsidiam a criação de outros projetos que visam a interiorização das universidades, como Programa de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI) – esse programa foi criado pelo governo brasileiro em 2007, com o propósito de expandir e “interiorizar” as instituições pú-

blicas federais de educação superior, capazes de promover o desenvolvimento e construção de infraestruturas. Percebe-se que a criação de instituições como a Unilab visa democratizar e descentralizar o ensino superior que estava restrita apenas nas grandes cidades para interiores do Brasil como forma de proporcionar o desenvolvimento de diversas regiões do país.

Diante do exposto, podemos concluir que a Unilab enquanto instituição de ensino superior tem procurado ser, nos seus oito anos de existência, o “local de estudo e difusão das culturas dos países parceiros, respeitando e valorizando suas identidades e diversidades culturais por meio de práticas e vivências sociais, culturais, esportivas e artísticas” (UNILAB, 2010, p. 34). Contudo, o que faz a Unilab ser diferente das outras universidades “tradicionais” brasileiras é que ela foi criada com finalidade de internacionalização e de interiorização do ensino superior, tendo como missão promover a integração cultural e acadêmica de estudantes cujas origens são tão diversas, desde os do Maciço de Baturité (região serrana do Estado do Ceará) até os que chegam de diferentes nações das Comunidades dos Países da Língua Portuguesa – CPLP: “a criação, localização e missão da Unilab se deve a questão culturais, históricas e político-cooperacionais e restauração ou melhor dizer o reencontro da cultura afro-brasileira com sua matriz (matriz africana)” (TÉ, 2017, p. 38). Por isso, podemos afirmar que a Unilab foi criada para responder três principais desafios: responder às demandas das políticas externas de cooperação solidária, política interna de interiorização do ensino superior e contribuir para o desenvolvimento das regiões chave do Brasil. Não podemos esquecer do fator histórico-cultural que envolve ou está inserido na origem dessa universidade. Ainda de acordo com Té (2017, p. 38), “é essa instituição a encarregada de promover a integração intercultural com a CPLP”, o que consequentemente traça a sua diferença em relação as outras instituições de ensino superior e que torna a diversidade cultural como a sua principal marca.

Exposto isso, destaca-se que o caráter da internacionalização, da interiorização e a missão da Unilab marcaram a minha passagem por essa instituição de ensino superior. Tudo porque os cursos, as disciplinas e as dinâmicas diárias da universidade se fundamentam a partir das particularidades inerentes aos objetivos em que foi criada, ou seja, dentro de uma valorização da diversidade cultural e da realidade social de diferentes países que integram esse projeto.

A Unilab nasce baseada nos princípios de cooperação solidária. Em parceria com outros países, principalmente africanos, a Unilab desenvolve formas de crescimento econômico, político e social entre os estudantes, formando cidadãos capazes de multiplicar o aprendizado. São milhares de pessoas envolvidas no projeto da Unilab entre estudantes, técnicos, docentes e colaboradores. Uma oportunidade de aproximar o interior do nordeste brasileiro a uma educação avançada – prova disso foram os mais de três mil inscritos no primeiro processo seletivo.

Em outubro 2008, criou-se a Comissão de Implantação da Unilab que, ao longo de dois anos, fez levantamentos e estudos a respeito de temas e de problemas comuns ao Brasil e países parceiros nessa integração. Em 20 de julho de 2010, o Presidente da República sancionou a Lei nº 12.289 instituindo a Unilab como Universidade Pública Federal. Após a nomeação do reitor Pró-Tempore, Paulo Speller, os trabalhos da comissão foram encerrados. A sintonia dos objetivos pautados em busca desta redenção encontrou concordância com a cidade de mesmo nome no interior do Ceará, pioneira na abolição da escravatura em 1883. Localizada a 55Km da capital cearense, Fortaleza, a criação do campus em Redenção representou bem a proposta da Unilab: integrar para desenvolver.

Percorrendo um pouco da discussão da criação e atuação da Unilab a partir da sua proposta de criação, é notório que em aspectos formais o ensino e o aprendizado procuram seguir caminhos que atendam a realidade dos países parceiros, mas em grande medida em aspectos concretos fica a desejar, principalmente no aspecto social (fora da Universidade), porque há episódios constantes do racismo contra os estudantes africanos praticados pelos moradores de Acarape e de Redenção, cidades em que estão sediados os campi da Unilab. No âmbito interno da universidade alguns cursos têm dificuldades de adequar as suas ementas e propostas em conformidade com aquilo que é a realidade social dos países parceiros da Unilab. Considerando isso, é importante pontuar que as diferenças da ordem prática entre a Unilab e o programa PEC-PG se dá a partir de duas dimensões - a primeira é da ordem da exclusividade na medida que a Unilab é um projeto que atende uma cooperação direta do Brasil com os países falantes da língua portuguesa e o PEC-G é mais genérico nesse âmbito porque recebe estudantes dos outros países falantes de outros idiomas tanto de América Latina assim como da África, a segunda se enquadra na perspectiva de desenvolvimento regional ancorado num passado histórico, assim no caso

Unilab esse facto se dá desde a localização e nome dos campis que estão nos municípios com certos significados históricos da população negra até nas propostas acadêmicas dos diferentes cursos que atendem o compromisso de estabelecer o intercâmbio epistemológica entre África e Brasil ao passo que PEC-G é atendida quase em todas as universidades brasileira e que em grande medida não atende o princípio de aproximação entre Brasil e África.

Traçar um entendimento sobre os vínculos de produção do conhecimento acadêmico na África e sobre os africanos, é importante não só para estabelecer uma discussão de ponto de vista da tradição acadêmica no continente, mas também nos leva a uma discussão profunda sobre o lugar da África no sistema mundial, alicerçado nos aspectos econômicos e políticos das potências imperialistas que criam controles e praticam dominações tanto na África e assim como nos lugares que se denominam de “terceiro mundo”.

No entanto, como ressalta Munanga (2010), a história das relações entre nações euro-americanas e povos africanos nos últimos quatro séculos, mostra de maneira evidente a falta da imparcialidade, da equidade, e da honestidade, visto que a justiça nunca esteve presente nos intercâmbios econômicos, sociais e culturais. Um exemplo disso é a própria Antropologia, a qual a sua emergência no continente africano é datada de 1860, período em que a África não era parte de sistema mundial econômico, embora ter sido quatrocentos anos antes através de comércio escravista e entre outros, assim, como explica Nkwi (2012) por volta de meados do século XIX, os acadêmicos, na Europa, tinham esquecido disso, por isso olham a África apenas como um continente estagnado.

África no sistema econômico Mundial e na Produção de Conhecimento

A volta da África no cenário prioritário econômico se deu a partir de 1878 com “o Tratado de Berlim, que concedeu a qualquer ‘Estado civilizado’ ocupando a região costeira africana o direito a requerer seu território interior” (NKWI, 2012, p. 223). Assim a África tornou-se parte do sistema econômico mundial como provedora de recursos básicos. No entanto, é perceptível que a África ao fato de ser um continente que serviu como fornecedora dos recursos naturais para o ocidente e outros lugares, a ela foi negado o direito e a legitimidade de ser o lugar em que se produz o conhecimento, e isso é justificado a partir da dominação e da subjugação em que era imposta durante os cinco séculos. Quer

dizer, a onipresença do racismo europeu considerava que os africanos não possuem condições cabíveis para produção do conhecimento, como se vê na obra de Hegel (1989 [1830]), por exemplo. Para esse autor alemão, a África não é um continente, e sim é um “país criança” e está envolta de uma “negrura da noite, fora da luz da história consciente” (1989 [1830], p. 180). Não há, para Hegel, na África, “nenhuma subjetividade e sim somente uma serie de sujeitos que se destroem” sem história e a sua população, está em estado bruto; configura nesse continente a selvageria e a Barbárie de homens feiticeiros” (HEGEL, 1989 [1830], p. 182 e 184).

Para Hegel e tanto outros autores, a África não passa de um lugar de obscurantismo e que representa o atraso e a Barbárie. Contudo, é fundamental ressaltar que essas ideias e afirmações eram motivadas pelos fortes debates sobre a raça que tomava centros de estudos e produção de conhecimento na Europa, pelos interesses dos países ocidentais sobre a África e países denominados de “terceiro mundo”, que visavam apenas explorar e dominar essas nações. Entretanto, logo nas primeiras décadas do século XX, começam a surgir contestações, sobretudo por meio do que foi produzido e escrito sobre a África pelos africanos que tiveram a oportunidade de estudar nos grandes centros universitários no ocidente. Desse modo, essas reclamações se deram inicialmente por meio destes intelectuais e jovens africanos que estudavam nesses centros, através da criação das revistas e de encontros de caráter acadêmico para discutir e para reclamar o lugar da África na história da humanidade, fazendo face aos métodos de transmissão de conhecimento que eram utilizados pelas “potências” com intuito de subjugar e de dominar a África no passado.

Nkwi (2012) aponta a Criação da revista *Présence Africaine*, na década de 1940, como marco da reação dos intelectuais africanos e afro-americanos perante o fracasso dos intelectuais euro-americanos que tinham dificuldades de reconhecer adequadamente o papel da África na história mundial. Em contraposição a essa afirmação, Munanga (2010), vai apontar que essa reação se deu muito antes da data colocada por Nkwi (2012), defendendo que as críticas datam já a partir da década de 1930 no livro de Jomo Kenyatta. Ainda Munanga (2010) aponta que nesse trabalho o autor tenta fazer uma apresentação completa da sociedade kikuyu de kenya, do seu sistema econômico, cultural e político

Em tom da justificação dessa ruptura em relação à subalternização dos africanos e à produção de conhecimento, Mafeje (*apud* BORGES ET AL, 2015),

aponta que os motivos para se rechaçar os constructos intelectuais de ciências coloniais, como a antropologia, eram mais do que “meramente políticos”. Essas formas de produzir conhecimento eram opressoras, rebaixavam o Outro à condição de objeto.

A crítica e o radicalismo em relação à disciplina se intensificaram ainda mais na década de 60 do século passado, isso se deve ao facto de que nesse período alguns países africanos já eram independentes e os outros já estavam no processo de conseguirem as suas independências, seja ela por via armada ou diplomática. Assim, a antropologia mesmo com as mudanças que teve ainda na década de 1960, continua sendo vista como uma disciplina colonial, uma vez que suportou as potencias imperialistas a colonizarem o continente.

Com a independência, Nkwi (2012) ressalta que cada nova nação criou suas próprias instituições de ensino superior com um currículo baseado nas universidades europeias, quer dizer, as elites estatais pressupuseram que a transferência de conhecimento científico e eurocêntrico era crucial para o desenvolvimento, pois cada nação precisava de uma mão de obra qualificada. Assim, Nkwi ressalta que “os doadores internacionais compreenderam tal necessidade e apoiaram sua realização, de modo que um dos primeiros objetivos das novas universidades foi produzir tal mão de obra” (2012, p. 227). Para o efeito de funcionamento desses centros de produção de conhecimentos, segundo Nkwi (2012), foram recrutados professores africanos com treinamento no exterior para ensinarem lado a lado com expatriados e gradualmente substituí-los.

Depois das independências dos países africanos, houve um revés com a disciplina e o curso da Antropologia nas universidades criadas, quer dizer, os movimentos nacionalistas que conseguiram as independências por seus países “continuaram a considerar a antropologia como uma ferramenta de subjugação colonial e como uma disciplina de nenhuma relevância para nova e moderna África, no entanto, os antropólogos africanos e africanistas acharam difícil praticar sua profissão abertamente” (NKWI, 2012, p. 228).

Quer dizer uma inversão de prioridade em relação ao que se queria para África nessa altura, digo isso a partir das considerações que o próprio Nkwui faz, isto é, os líderes nacionalistas falavam tanto da cultura, da ruptura cultural e da ideologia, almejando valorizar as perspectivas africanas, porém sem ter a base e instrumentos adequados para lidar com isso. Dessa maneira, a antropologia

que sofreu a reformulação epistêmica e interventiva que podia cuidar desses desejos, acabou sendo afastado em detrimento de outras áreas que buscavam transformar a África tomando o modelo ocidental para esse efeito, o que no mínimo é contraditório daquilo que é o discurso sobre a valorização da realidade africana. Explica Nkwi:

Presos entre os desejos de romper com o passado colonialista e de alcançar progresso econômico e social equivalente aquela das ex-potências coloniais, alguns líderes africanos de orientação marxista lançaram-se em um mal concebido modelo de desenvolvimento denominado “socialismo africano” ou “comunalismo”. O modelo era uma estranha mistura de economia do desenvolvimento clássica e estatista. Embora muitos desses líderes alegassem raízes africanas para suas ideologias políticas, poucos se apoiaram na antropologia para oferecer a base de tal ideologia (NKWI, 2012, p.228).

Percebe-se que esse revés que a disciplina tomou e ainda toma no continente africano é o ponto chave para especificar os desafios que os jovens antropólogos formados na Unilab têm pela frente, não só em benefício da rejeição, mas de criar prioridades epistêmicas que a realidade dos países africanos da língua oficial portuguesa oferece para estudos eficazes que podem subsidiar na sua valorização e na formulação de políticas públicas, assim como em outras dimensões da vida social.

Jovens formados e que estão no processo da Formação no curso da Antropologia na Unilab: Perspectivas e desafios

É notório que o percurso da antropologia no continente africano está muito ligado com o desenvolvimento e a criação dos centros de pesquisas e das universidades na África. Porém, não posso advogar da realidade e do percurso, da atuação e da situação da disciplina em todos os cinco países da África “lusófona”. Assim, tomarei a realidade guineense a qual pesquiso e que pertencço, para estabelecer alguns entendimentos sobre a disciplina e os desafios que os jovens antropólogos guineenses formados na Unilab vão enfrentar na Guiné-Bissau. Como acima foi mencionado, a Unilab é uma universidade que se caracteriza pela sua proposta diferencial que se pauta numa integração regional e internacional, valorizando os conhecimentos diversos e promovendo as atividades que

moveram sua criação. Portanto, por meio desses elementos os jovens formados e os que estão ainda em processo de formação, no curso da Antropologia na Unilab, são munidos de conhecimento e de preparação que atendem constante intercâmbio teórico-acadêmico com as realidades dos países parceiros dessa instituição, o que conseqüentemente atrai os desejos da realização de estudos no âmbito acadêmico sobre as diferentes temáticas voltadas para as realidades sociais e culturais dos países parceiros da Unilab.

Contudo, vale destacar que o Bacharelado em Antropologia da Unilab constitui uma segunda etapa de formação ao Bacharelado em Humanidades complementando esse primeiro ciclo e oferecendo um aprofundamento na área específica da Antropologia e é o primeiro do Ceará, portanto, Segundo o Projeto Pedagógico do Curso de Bacharelado em Antropologia (PPC) (2014, p.21) ele “responde à dupla responsabilidade social de expor ao debate tanto a multiculturalidade presente no fluxo de imigrantes oriundos do continente africano, quanto à História do Estado, marcada pela invisibilidade da presença negra”. Neste sentido, este mesmo documento aponta que o debate intelectual do ponto de vista afrocêntrico e da diáspora “é entendido aqui enquanto uma realidade múltipla de situações sociais, culturais e políticas enfrentadas pela população africana e afrodescendente pelo mundo, portanto, é um pensamento que surge inspirado em vários lugares e atinge muitas direções” (idem). Considerando isso, o PPC ressalta que “é esta a pluralidade de identidades afrodescendentes presentes pelo mundo, e no Ceará em particular, que a ênfase das teorias diaspóricas deste Bacharelado quer abarcar” (2014, p.21). Exposto isso, segundo os dados do site Unilab em números atualizado a última vez no semestre 2019.2 o curso de Antropologia conta com 58 estudantes matriculados a qual 53 são brasileiros e 5 são guineenses, nessa mesma plataforma contata-se que desde a instituição da Antropologia em 2014 o curso conta com 7 formados, uma pessoa da nacionalidade brasileira e 6 guineenses.

É importante destacar que a antropologia não tem uma tradição na Guiné-Bissau. Essa afirmação pode parecer um exagero, mas não é. Falei isso na minha comunicação na Segunda Semana de Antropologia que decorreu no mês de maio de 2019, agora dois meses depois daquele evento isso se confirmou com a viagem que fiz para Guiné-Bissau com intuito de realização da minha pesquisa de campo do mestrado. Durante a pesquisa, fiz várias movimentações através das buscas e pesquisas sobre a antropologia na Guiné-Bissau, a resposta

encontrada reforça, claramente, que a antropologia não tem uma tradição na Guiné-Bissau. O que encontrei é nada mais que uns quatro artigos publicados na revista Soronda por alguns autores com formação em Antropologia e um centro de saúde fruto de estudo levado a cabo por um antropólogo dinamarquês que ainda está de pé. Uma outra coisa, é a carência de encontrar pessoas formadas em antropologia, percorrendo a cidade inteira, frequentando centros de estudos e pesquisas só encontrei umas três pessoas com formação em antropologia.

Essa experiência de campo se torna importante a partir de dois aspectos a se considerar em benefício daquilo que são os desafios de jovens que estão se formando nessa área na Unilab. Primeiro, é ocupar o vazio que existe tanto da ordem de recursos humanos, como da criação de uma tradição da disciplina no contexto guineense que precisa ter o seu modelo próprio consoante a realidade social e cultural da sociedade guineense. Segundo, deve-se ao domínio de cuidar e de auxiliar nas pesquisas de diferentes temáticas que poderão ajudar na resolução de várias diferenças e conflitos no país, o que para sua concretização se faz necessário não só continuar com essa tradição de enviar grandes números de estudantes para se formarem no estrangeiro, mas sim, na criação de centros e laboratórios de pesquisas antropológicas e de cursos da antropologia em diferentes universidades do país, que vão ajudar nas pesquisas voltadas sobre as diversidades da Guiné-Bissau desde a diversidade cultural, linguística, étnica e biodiversidade, elementos que por vezes são considerados por alguns analistas como fatores de entrave para um consenso nacional e que desaborda em constantes crises cíclicas no país.

Os elementos acima colocados podem ser considerados como desafios da antropologia na Guiné-Bissau. Creio que estes desafios também devem servir para outras nações da África lusófonas, já que as realidades são próximas e os caminhos apontados devem merecer o mesmo a ser seguidos por esses países e como forma de fortalecimento da Antropologia e tomá-la com grande incentivo que poderá ajudar no respeito a diversidade cultural e linguística dos diferentes povos que compõem a estrutura social dessas nações.

De modo geral, percebe-se que a produção do conhecimento sobre o continente africano, particularmente de sua história, tem vindo, nas últimas décadas, a merecer uma atenção particular de antropólogos e de cientistas sociais africanistas reforçando o esforço empreendido pelos cientistas africanos que, desde os meados da década de cinquenta do século passado, com um acentu-

ado aprofundamento no contexto das independências a partir da década de sessenta, têm vindo a proceder a uma desconstrução e uma reconstrução do conhecimento sobre as sociedades, povos e culturas africanas, numa nítida perspectiva de endogeneidade (HOUNTONDJI, 2008). Esse exercício é o que se ensina na Unilab, através dos debates na sala de aula e os manuais que compõem a base bibliográfica das disciplinas e dos cursos, o que, conseqüentemente, leva a despertar nos estudantes de diferentes cursos o interesse de pesquisarem temáticas voltadas sobre seus países para escrita das suas monografias.

Para fechar, é importante mencionar que de um lado há os avanços na valorização do continente africano, de sua história e de suas historicidades, nas abordagens teóricas e metodológicas. De outro lado, há desafios enormes, bem como os dilemas a eles associados. O reconhecimento da existência desses desafios encontra-se presente não só num esforço por parte dos acadêmicos dentro dos muros das universidades, mas a ação política também é fundamental para esse esforço através do posicionamento das organizações continentais de promoção do desenvolvimento da pesquisa em ciências humanas e sociais.

Referências bibliográficas

ABRANTES, Carla Susana Alem. **A trajetória de Mário António e a invenção da “literatura angolana”**. Dissertação (Mestrado), Universidade Federal do Rio de Janeiro - UFRJ, Rio de Janeiro, RJ, 2007.

ABRANTES, Carla Susana Alem. Repertórios do conhecimento em disputa: Trabalhadores indígenas e agricultores no colonialismo português em Angola, 1950. **Anuário Antropológico**, v. 39, n. 1, p. 195-218, 2014.

AMONA, Dingana Paulo Faia. Cooperação Acadêmica Brasil/África: Jovens Pesquisadores das Humanidades e as Suas Trajetórias. **IV Semana Universitária Unilab/CE**, 2017, Acarape/CE. Apresentação oral.

BORGES, Antonádia et al. Pós-antropologia: as críticas de Archie Mafeje ao conceito de alteridade e sua proposta de uma ontologia combativa. **Revista Sociedade e Estado**, v. 30, n. 2, p. 347-369, 2015.

CARVALHO, Apolinário Mendes de. **Políticas externa da Guiné-Bissau face aos novos paradigmas nas relações internacionais**. Bissau: Cooperação Portuguesa, 2015.

HELENO, Maurício Gurjão Bezerra. **A política externa do governo Lula: a experiência da Universidade da Integração Internacional da Lusofania Afro-Brasileira (Unilab)**. Dissertação (Mestrado em Políticas Públicas e Sociedade) – Centro de Estudos Sociais Aplicados, UECE, Fortaleza, 2014.

HEGEL. G. W. F. **Lecciones sobre la filosofía de la historia universal**. Revista de Occidente: Madrid, 1989.

HOUNTONDJI, Paulin. Conhecimento de África, Conhecimento de Africanos: duas perspectivas sobre os estudos africanos. In: SANTOS, Boaventura de Sousa; MENESES, Maria Paula (orgs.). **Epistemologias do Sul**. São Paulo: Cortez, 2010. pp. 131-144.

MUNANGA, Kabengele. A antropologia africana: Mito ou realidade? **Revista De Antropologia**, v. 26, p. 151-160, 1983.

NKWI, Paul. Antropologia na África Pós-colonial: o debate da sobrevivência. In: RIBEIRO, G.; ESCOBAR, A. (orgs.). **Antropologias Mundiais**. Brasília: UnB, 2012. pp. 221-224.

POJETO PEDAGOGICO DO CURSO DE BACHARELADO EM ANTROPOLOGIA. Disponível em: <https://unilab.edu.br/wp-content/uploads/2016/01/PPC-ANTROPOLOGIA.pdf>.

RIBEIRO, Carlos. A historicidade da construção nacional na Guiné-Bissau. In: **Colóquio INEP / CODESRIA / UNITAR “A construção da Nação em África: Os exemplos de Angola, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique e S. Tomé e Príncipe”**. Bissau: INEP, 1989. pp. 221-266.

SILVA, Domingas da. Cooperação para Desenvolvimento: Relações entre Brasil e Guiné-Bissau no âmbito do Ensino Superior. **IV Semana Universitária Unilab/CE**, 2017, Acarape/CE. Apresentação oral.

SOUZA LIMA, Antônio Carlos de. Tradições de conhecimento na gestão colonial da desigualdade: reflexões a partir da administração indigenista no Brasil. In: **Trânsitos coloniais: diálogos críticos luso-brasileiros**. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais – Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa, 2002. pp.195-218.

WOLF, Eric. Aspectos das relações de grupos em uma sociedade complexa: In: WOLF, Eric. **Antropologia e poder: contribuições de Eric Wolf**. RIBEIRO, Gustavo,

BIANCO, Bela Feldman 42. Serie Antropologia 341. Brasília, 2003. pp 2-33.

TÉ, Numna, **Integração e Diferença**: Um Estudo Sobre as Interações de Estudantes Africanos, Brasileiros, Timorenses e a Comunidade de Acarape e Redenção – Ceará, Brasil. Monografia (Trabalho de Conclusão de Curso), Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira – Unilab, Redenção, CE, 2017.

UNILAB. Diretrizes gerais. Redenção: Unilab, 2010. Disponível em: http://pdi.unilab.edu.br/wp-content/uploads/2013/08/Diretrizes_Gerais_UNILAB.pdf Acesso em 23/09/2018.

VAZ, Farã. **Cooperação Internacional Brasil–África**: Programa cooperação tripartida ProSavana em Moçambique. Monografia (Trabalho de Conclusão de Curso), Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira – Unilab, Redenção, CE, 2016.

